ESCOLA E DEMOCRACIA: ENSAIOS DE COMPREENSÃO SOBRE AS TEORIAS DA EDUCAÇÃO

Raquel Dias Araujo[1], Maria Núbia de Araújo[2], Francisco Glauber de Oliveira Paulino[3], Liária Souza Bezerra[4], Francisco Kelverton Rodrigues da Silva[5]

[1] Doutora em Educação, Professora Associada do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED-UECE) e Coordenadora Geral do Grupo de Estudos Pedagogia Histórico-Crítica, raquel.dias@uece.br

[2] Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE), Professora na Secretaria Municipal de Educação de Caucaia, Membro do Grupo de Estudos Pedagogia Histórico-Crítica, Coordenadora do Grupo de Estudos História, Educação e Pedagogia (GEHEPB), nubiadearaujo@yahoo.com.br

[3] Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Mestre em Educação pelo PPGE-UECE, Licenciado em Pedagogia pelo CED-UECE, Membro do Grupo de Estudos Pedagogia Histórico-Crítica, glauber.oliveira@ifce.edu.br

[4] Especialista em Alfabetização e Multiletramento do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da UECE, Pedagoga na Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), liariasousa@gmail.com

[5] Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. Professor da educação básica. Membro do Grupo de Estudos Pedagogia Histórico-Crítica, fkelverton.rodrigues@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa a contribuição do livro Escola e Democracia, de Dermeval Saviani, para o entendimento das teorias pedagógicas e da educação, examinando a relação entre educação e sociedade. O artigo socializa parte das discussões e análises das atividades realizadas pelo Grupo de Estudos Pedagogia Histórico-Crítica do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED-UECE), desvelando as contradições e possibilidades de uma formação de professores com base na crítica-dialética por meio de obras fundamentais do materialismo histórico-dialético. No texto ora apresentado, as concepções de ser e de mundo, diante das transformações sociais, influenciam práticas educativas no percurso histórico-social. No âmbito teórico-metodológico deste estudo encontram-se os seguintes autores: Marx (2007; 2011), Saviani (2024; 2025), que discutem a relação entre educação e sociedade, revelando seus limites e contradições. Nesta direção, visamos compreender a função das teorias pedagógicas no processo de reprodução da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Sociedade. Capitalismo. Educação. Escola e Democracia. Pedagogia Histórico-Crítica.

Introdução

O presente texto tem por objetivo discutir as concepções das teorias da educação presentes na abordagem realizada na obra Escola e Democracia, a fim de situar diversas concepções e correntes teóricas diante da forma de produção e reprodução da vida social, considerando em que medida tais teorias contribuem ou não para revelar contradições inerentes à organização da sociedade capitalista, sendo a educação o complexo responsável pela reprodução social, em suas relações mais gerais e essenciais na sociedade de classes.

Esta pesquisa socializa as discussões e análises realizadas nas atividades do Grupo de Estudos: Pedagogia Histórico-Crítica, a fim de compreender o papel da teoria crítica no estudo da educação e da sociedade, com base nos pressupostos de uma educação emancipadora. Essas atividades estão vinculadas ao Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED-UECE) e são desenvolvidas no interior do Curso de Pedagogia, semanalmente, com a participação de diversos estudantes de graduação, mestrado e doutorado, bem como de professoras(es) da Educação Básica da região metropolitana de Fortaleza-Ceará.

O estudo das teorias pedagógicas, no contexto das teorias hegemônicas da educação brasileira, indica o caminho para uma pedagogia crítica que possa conjugar elementos emancipatórios; isso só será possível por meio de uma análise radical do presente, que enfrente limites e contradições, além de utilizar as possibilidades das políticas educacionais que questionem a necessidade de uma educação emancipatória.

A natureza do trabalho é bibliográfica, fundamentada na perspectiva crítica-dialética, em que a análise dos objetos parte da concreticidade das relações sociais, estabelecendo vínculos entre o concreto real e o concreto pensado (Marx, 2011; Kosik, 1976). Os elementos teórico-metodológicos desta pesquisa partem das produções de Althusser (2008), Bourdieu e Passeron (2014), Baudelot e Establet (1971), Marx (2007) e Saviani (2024; 2025), Araújo e Gonçalves (2022), cujo estudo da educação possui uma ênfase na concreticidade das relações socioeconômicas e das manifestações históricas de ideias educacionais e pedagógicas.

O objetivo deste trabalho é discutir as concepções das teorias da educação, a fim de situar as correntes pedagógicas diante da forma de produção e reprodução da vida social no capitalismo.

1. O papel social da educação nas sociedades de classes

Nas diferentes sociedades, a produção do conhecimento encontra-se atrelada aos interesses da classe dominante, isto é, daqueles e daquelas que se mantêm no poder, impossibilitando e restringindo à classe trabalhadora e aos não proprietários o acesso ao conjunto de saberes social e historicamente sistematizados.

Marx e Engels (2007, p. 47) apresentam este fenômeno com a seguinte afirmação:

> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes [...]. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.

Para compreendermos os fundamentos da sociedade capitalista e do processo de produção e reprodução, é necessário entendermos a dinâmica de contradição entre capital-trabalho, da relação com o Estado e da sociedade com os demais complexos sociais. A educação, neste sentido, ocupa um lugar estratégico no processo de formação humana, em geral, e, de modo específico, na formação docente. Partindo dessa premissa, destacamos o papel do professor frente às diversas concepções pedagógicas, considerando suas relações na sociedade de classes.

O contexto contemporâneo impõe muitas exigências à atividade docente, a atualização de suas práticas, a inovação no uso de tecnologias e a mudança de comportamento na relação professor-aluno, entre outras demandas. Todas elas estão relacionadas ao processo de transformação do mundo do trabalho, em que a escola e a universidade passam por um movimento de adaptação aos ditames do capitalismo. Nesse sentido, para entender a função social da educação, da escola e do professor, é essencial realizar uma incursão histórica na educação e nas formulações teórico-metodológicas e epistemológicas.

Assim, a função social que o professor desempenha refere-se às atividades-fim da educação, nas quais o processo de ensino-aprendizagem precisa acontecer para que o trabalho educativo se concretize. A educação tem um papel predominantemente reprodutivo para atender à lógica do capital e o educador, diante dessa atual forma de desenvolvimento, é desapropriado de seu trabalho e de sua prática educativa-pedagógica.

A sociabilidade burguesa impõe, portanto, a mobilização de competências e habilidades que irão influenciar a produção dos conhecimentos e a escolha dos conteúdos a serem acessados pelos estudantes no interior da sala de aula, os quais correspondem a

determinados modelos educativos com base no individualismo, na competição e na meritocracia, adequando-os ao mundo do trabalho.

2. As Teorias Educacionais à luz da Obra Escola e Democracia: A Relação entre Educação e Sociedade e a Questão da Marginalidade Educacional

No Brasil, destacamos a obra *Escola e democracia,* na qual estudos de Saviani (2024) abordam as concepções pedagógicas, a organização e a estrutura da escola básica, a relação entre a escola e a sociedade, educação e política, educação e ideologia e trata, ademais, do papel do professor diante destas questões (Araújo; Gonçalves, 2022). No quadro das teorias pedagógicas, refletimos sobre a concepção da educação, de ser humano e de sociedade que concebem uma teoria de ensino implicada na história do pensamento pedagógico e nas práticas docentes.

Saviani (2024) apresenta o conjunto de teorias educacionais em dois grupos. No grupo um, das Teorias não críticas, estão situadas as teorias que concebem a educação como um instrumento de superação da marginalidade, que tem por função garantir a integração dos indivíduos na sociedade, atribuindo ampla autonomia à educação em face da sociedade, a saber: a) Pedagogia Tradicional; b) Pedagogia Nova; c) Pedagogia Tecnicista.

No grupo dois, expõe as três teorias da educação, denominadas de Teorias Crítico-Reprodutivistas, para as quais a educação é inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização, a saber: 1) Teoria do sistema de ensino como violência simbólica; 2) Teoria da escola como Aparelho Ideológico do Estado; 3) Teoria da escola dualista. Para o autor brasileiro.

> As teorias podem ser classificadas em dois grupos. No primeiro, temos aquelas que entendem a educação a ser instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. No segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização (Saviani, 2024, p. 4-5).

Saviani (2024, p. 13) explica que primeiro grupo das teorias não críticas concebe a educação como desvio da marginalidade:

> [...] o primeiro grupo de teorias concebe a marginalidade como um desvio, tendo a educação por função a correção desse desvio. A marginalidade é vista como um problema social e a educação, que dispõe de autonomia em relação à sociedade, estaria, por esta razão, capacitada a intervir eficazmente na sociedade,

> transformando-a, tornando-a melhor, corrigindo as injustiças; em suma, promovendo a equalização social.

O segundo grupo, por outro lado, concebe a sociedade estruturada pela divisão entre classes antagônicas, cuja relação se funda na força expressa nas condições de produção da vida material. Assim, a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade. A classe dominante detém maior força e apropria-se dos resultados da produção social, em consequência, relega os demais à condição de marginalizados.

2.1. As Teorias Não Críticas da Educação

No que se refere ao grupo um, das Teorias não críticas, encontra-se a Pedagogia Tradicional, para a qual o marginalizado da nova sociedade, no caso, a sociedade capitalista, é o ignorante no sentido de não conhecer, não ter apropriação do conhecimento historicamente acumulado. Assim, é definida pelo lema do aprender a conhecer, afirmando que

> A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente (Saviani, 2024, p. 5).

A Pedagogia Tradicional tem na escola a função de transformar o indivíduo em cidadão, ao mesmo tempo, o torna o único responsável pelo seu fracasso escolar. Quanto ao papel do professor, de centralizador do conhecimento, a ele cabe a transmissão de conteúdos e conceitos historicamente produzidos. O aluno é limitado à condição de receptor dos conhecimentos, sem reflexão crítica ou diálogo entre professores e alunos no ato de aprender.

Na Pedagogia Nova, por conseguinte, a escola ainda mantém como objetivo a superação das desigualdades sociais. Nesta teoria, o lema é aprender a aprender, pois a Escola Nova realiza críticas à Pedagogia Tradicional e apresenta uma nova maneira de pensar a educação, a sociedade e a relação professor-aluno.

Sendo assim, nessa teoria, o marginalizado é o “rejeitado”, o “anormal”, cabendo à educação a função de harmonizar as desigualdades sociais, [...] “a educação, como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade [...]” (Saviani, 2024, p. 7).

O aluno passa a ser o centro da educação e o professor será o mediador desse processo. Saviani (2024) alerta ainda que esta teoria não obteve o alcance em todos os sistemas escolares

do país, pois o custo para sua efetivação era mais elevado e foi restrita às escolas experimentais.

No âmbito da Pedagogia Tecnicista, a qual sintetiza o lema aprender a fazer, o professor e o aluno são considerados elementos secundários nesse processo, pois o objetivo nessa teoria é a racionalização dos conteúdos, formar o indivíduo para a realização de atividades operacionais e isolar aqueles que são identificados como improdutivos, pois a causa da marginalidade para esta teoria é a ineficiência e a improdutividade, sendo o marginalizado o incompetente.

Para Saviani (2024), a educação proporciona um treinamento eficiente para a execução das múltiplas tarefas determinadas continuamente pelo sistema social. Essa concepção de educação funciona como um subsistema para manter o equilíbrio social no qual está inserida, remodela e reforma o ensino baseado nos princípios de meritocracia, competição e empreendedorismo. Nesse sentido, o papel da escola é formar indivíduos eficientes, aptos a dar sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade.

No Brasil, identificamos, no momento atual, como expressão desta teoria, sob a nova roupagem do neotecnicismo, a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) na Educação Básica através da designação de competências e habilidades a serem desenvolvidas no sistema educacional. A despeito das críticas sofridas pela BNCC, as quais afirmam a existência de um processo de padronização e burocratização dos mecanismos de organização, controle de atividades educativas que impõe limites ao trabalho pedagógico dos professores (Pina, Gama, 2020).

Tais orientações abrangem a política educacional, a formação inicial e continuada de professores, a elaboração de materiais e recursos didáticos, o planejamento, a execução e a avaliação da aprendizagem, com ênfase no uso fetichizado de novas tecnologias levado a efeito pelas avaliações externas e o apelo ao ensino híbrido.

2.2. As Teorias Crítico-Reprodutivistas

Com o advento do capitalismo sob a bandeira da Revolução Francesa (1789), emerge a defesa intransigente da igualdade essencial dos homens e a necessidade da escolarização para todos como condição para converter os servos em cidadãos e participação no processo

político. A escola era proposta como instrumento para a consolidação da ordem democrática e, assim, se dá a estruturação dos Sistemas Nacionais de Educação, em meados do século XIX, nos países que realizaram revoluções democrático-burguesas. Essas ideias estavam na base da Pedagogia da Essência. Com a consolidação da burguesia no poder, os interesses dela não caminham mais em direção à transformação da sociedade e sim de perpetuação do *status quo*. De classe em ascensão, de classe revolucionária, se transforma em classe consolidada no poder. Dessa forma, a Pedagogia da Essência deixa de cumprir seu desiderato e em seu lugar surge uma pedagogia da legitimação das desigualdades, a chamada Pedagogia da Existência.

Saviani (2024, p. 34) assevera que tal Pedagogia assume um caráter reacionário, "[...] isto é, vai contrapor-se ao movimento de libertação da humanidade em seu conjunto, vai legitimar as desigualdades, legitimar a dominação, legitimar a sujeição, legitimar os privilégios".

Os autores das teorias crítico-reprodutivistas sustentam que as reformas escolares defendidas pelas revoluções democrático-burguesas que estão na base da sociedade capitalista fracassaram, evidenciando, de forma cada vez mais explícita, o papel da escola na reprodução da sociedade de classes e na manutenção do modo de produção capitalista.

Saviani (2024) apresenta as três teorias com maior elaboração no âmbito das teorias crítico-reprodutivistas, que tiveram influência na América Latina, são elas: 1) Teoria do sistema de ensino como violência simbólica; 2) Teoria da escola como Aparelho Ideológico do Estado e 3) Teoria da escola dualista.

Essas teorias foram desenvolvidas na França, no contexto de efervescência cultural e política do movimento estudantil francês – Maio de 1968. Entre os temas e problemas questionados estavam a Guerra Fria (1947-1991), a bipolaridade geopolítica, a corrida armamentista, nuclear e espacial e o processo de globalização do capital. Esse movimento tinha como objetivo problematizar o papel das instituições e questionar a tecnocratização do saber, a reprodução das desigualdades históricas e a manutenção do *status quo,* denunciando a falsa neutralidade na produção do conhecimento.

As teorias crítico-reprodutivistas consideram as determinações sociais e os limites impostos à educação, mas mantêm uma visão de educação como um instrumento de marginalização. Tais teorias constituem o segundo grupo identificado por Saviani (2024), como críticas, pois consideram a impossibilidade de compreensão da educação fora dos condicionantes sociais. Há uma dependência da educação para a reprodução da sociedade no capitalismo, baseada na desigualdade, na divisão de classes e na reprodução das ideias

dominantes, de modo que se mantenham intactas as formas de organização social. No entanto, são denominadas de reprodutivistas porque, para essas teorias, a escola não possui o papel de solucionar os problemas da marginalidade, pelo contrário, reproduz e legitima os antagonismos da sociedade capitalista e não apresentam uma proposta pedagógica para intervenção no processo educativo. "[...] Na verdade, estas teorias não contêm uma proposta pedagógica. Elas se empenham tão-somente em explicar o mecanismo de funcionamento da escola tal como está constituída". (Saviani, 2024, p. 24).

A *Teoria do sistema de ensino como violência simbólica,* elaborada por Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) e Jean-Claude Passeron (1930 –), apresenta o conceito de *violência simbólica* como forma de poder que impõe significações tidas como legítimas, dissimulando as relações de força da classe dominante.

Para os autores franceses, o sistema de ensino como violência simbólica possui várias funções: comunicar, inculcar uma cultura legítima, selecionar e legitimar, configurando a análise das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das classes sociais. Como ponto central dessa teoria, temos a produção contínua de crenças e valores, nos quais o processo de socialização leva os indivíduos a se posicionarem na defesa de critérios e padrões dominantes (Bourdieu; Passeron, 2014).

> Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 25).

A reprodução de ideias dominantes, nesse sistema de ensino como modalidade de violência simbólica, manifesta, reconhece e legitima o conhecimento dominante. Portanto, é

> [...] um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. Sobre a base da força material e sob sua determinação, erige-se um sistema de relações de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação, as relações de força material. [...] A violência simbólica manifesta-se de múltiplas formas: formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, jornais etc.; pregação religiosa; atividade artística e literária; propaganda e moda; educação familiar etc. No entanto, na obra em questão, o objetivo de Bourdieu e Passeron é a ação pedagógica institucionalizada, isto é, o sistema escolar (Saviani, 2024, p.15).

O sistema de ensino, nessa perspectiva, reproduz esse tipo de violência por meio da ação pedagógica (AP), exercida sob a autoridade pedagógica (AuP), constituindo-se como uma imposição arbitrária da cultura da classe dominante. A escola e seus profissionais são reprodutores dessa ideologia, que se internaliza na prática educacional. Desse modo, a instituição escolar legitima a sua função de marginalização, reforça o domínio sobre as classes

dominadas e aprofunda as desigualdades sociais, configurando o processo de ensino como modalidade de violência simbólica.

A *Teoria da escola como Aparelho Ideológico do Estado* (AIE), sistematizada por Louis Althusser (1918-1990), reúne um estudo sobre o funcionamento do poder e os aparelhos geradores de ideologia. O autor enumera os seguintes AIE:

> - O AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas);
> - O AIE escolar (o sistema das diferentes 'Escolas" públicas e particulares);
> - O AIE familiar;
> - O AIE jurídico;
> - O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes Partidos);
> - O AIE sindical;
> - O AIE da informação (imprensa escrita, rádio, TV, etc.);
> - O AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes etc.) (Althusser, 2008, p. 263)

Considerando que a escola constitui um instrumento de reprodução das relações de produção capitalista, ela congrega estudantes de todas as classes sociais e inculca-lhes ao longo de anos de escolarização obrigatória saberes teórico-práticos imbuídos da ideologia dominante (Althusser, 2008).

No que se refere à terceira teoria da educação, a *Teoria da escola dualista,* foi sistematizada por Roger Establet e Christian Baudelot, na obra *A escola capitalista na França*, publicada em 1971. Os autores explicam que a escola inculca a ideologia burguesa e reproduz as relações de dominação de classe. Essa concepção é reproduzida tanto entre os membros da classe dominante quanto entre os membros da classe dominada, inclusive do próprio operariado (Saviani, 2025). Segundo esse grupo de teorias, a escola é dividida de forma dual, correspondendo à divisão da sociedade em duas classes antagônicas.

A escola funciona como um aparelho ideológico do Estado e age no capitalismo reproduzindo as relações sociais alienadas. Ela cumpre o papel de formar a classe trabalhadora, inculcando-lhe a ideologia dominante. Com isso, a burguesia admite que existe uma ideologia do proletariado fora da escola a fim de impedir a apropriação e o desenvolvimento dessa ideologia proletária, a escola, portanto, possui um fator de marginalização tanto da cultura proletária, como da negação da cultura burguesa para a classe trabalhadora.

Sendo assim, as teorias crítico-reprodutivistas operam uma tarefa que se vincula à defesa da neutralidade do conhecimento e à sustentação de uma visão fatalista da realidade, concebida como não passível de transformação, pois "[...] na atual etapa histórica, os interesses da burguesia tendem cada vez mais a se opor à objetividade do conhecimento,

encontrando cada vez mais dificuldades de se justificar racionalmente". Por outro lado, "os interesses proletários exigem a objetividade e tendem cada vez mais a expressar objetiva e racionalmente" (Saviani, 2025, p. 48).

Considerações Finais

A relação entre a educação e a sociedade precisa ser compreendida a partir de reflexões teórico-metodológicas que visem a uma análise crítica das teorias pedagógicas e da educação para entendermos as práticas educativas no Brasil, as quais se fundamentam em estudos histórico-filosóficos.

Portanto, uma discussão aprofundada de categorias sócio-históricas da educação e dos objetivos das teorias pedagógicas é indispensável para entender as mediações entre a sociedade e a formação humana. A função social da educação possui implicações no processo de reprodução do capitalismo, a qual nos permite refletir sobre as condições, possibilidades, limites e contradições que interferem no trabalho educativo.

Por fim, a relação entre as teorias da educação e as teorias pedagógicas são pressupostos históricos e epistemológicos para entendermos a estrutura e a organização da educação brasileira, assim como as formulações particulares de cada teoria e as contribuições destas para o pensamento educacional e pedagógico contemporâneo.

Em síntese, as teorias crítico-reprodutivistas, ao contrário das teorias não críticas, explicitam as determinações sociais do fracasso escolar, compreendido não como disfunção, mas como expressão das contradições da sociedade de classes. Essas teorias afirmam que a função real da educação consiste na manutenção da lógica da classe dominante, por meio da reprodução de seus ideais, da diluição da luta de classes e do enfraquecimento da perspectiva de transformação social do proletariado.

Contudo, numa perspectiva histórico-crítica, concebe-se o poder de intervenção da educação na realidade, podendo contribuir para sua manutenção ou para a transformação da sociedade, cuja estrutura é atravessada por desigualdades que se expressam contraditoriamente.

Referências

ARAÚJO, Maria Núbia; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. Escola e democracia: uma ode à educação (Dermeval Saviani). **Revista Brasileira de História da Educação,** 22. 2022. DOI: http://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e239.

ALTHUSSER, Louis. Ideologias e aparelhos ideológicos de Estado *in:* **Sobre a reprodução.** tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. ***L'École Capitaliste en France***. Paris, François Maspero, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf.> Acesso em: 24, out. 2025.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich**. A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1858-1858: esboços da crítica da economia política. Supervisão editorial Mario Duayer, Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

PINA, L. D.; GAMA, C. N. Base Nacional Comum Curricular: algumas reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 31, n. esp. 1, p. 78–102, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8290/pdf. Acesso em: 09 de março de 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 45ª ed. revista. Campinas, SP: Autores associados, 2024. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 13ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2025. (Coleção educação contemporânea).